
CONVIVÊNCIA ESCOLAR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PONTO DE VISTA DO PROFESSOR E DO ALUNO

doi: 10.4025/imagenseduc.v2i3.18357

Célio Rodrigues Leite*

Pablo Valdivieso Tocornal **

*Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED. celio-leite@uol.com.br.

** Universidad de Chile.

Resumo

Este estudo aborda a temática sobre a resolução dos conflitos no ambiente escolar. Tem como objetivo analisar os depoimentos de professores e alunos sobre a temática acima, usando como metodologia a técnica do grupo focal, onde os participantes podem opinar sobre determinado assunto, numa roda de discussão. A pesquisa envolveu dez professores e dez alunos, todos voluntários. Os encontros foram realizados numa escola pública da Região Metropolitana de Curitiba, em momentos distintos, com a presença de um mediador da discussão, cujas falas dos participantes foram registradas em áudio. A partir da tabulação dos dados coletados durante as discussões e análise dessas informações, confirmou-se que as instituições de ensino, com raras exceções, têm enfrentado muitos problemas referentes à conduta dos seus professores e funcionários diante dos conflitos que ocorrem diariamente no ambiente escolar, entre professores e alunos. As relações conflituosas estão cada vez mais frequentes nas escolas. Apesar de professores e alunos apontarem diferentes justificativas para as ocorrências conflituosas, percebe-se que ambos concordam que o resgate dos princípios fundamentais e o estabelecimento de regras claras, objetivas e conhecidas por todos pode ser o caminho para a superação das dificuldades apontadas.

Palavras-chave: Conflitos. Relações interpessoais. Clima escolar.

Abstract: Living School: a reflection from the standpoint of the teacher and student. This study titled Living School: a reflection from the standpoint of the teacher and student about the school climate approaches the theme of conflict resolution in schools. Aimed to analyze the testimony of teachers and students on the theme above, using the technique as a methodology of focus groups, where participants can give their opinion about a subject, a circle of discussion. The research involved ten teachers and ten students, all volunteers. The meetings were held in a public school in the metropolitan region of Curitiba, at different times, with the presence of a mediator of the discussion and audio recorded speech of the participants. From the tabulation of data collected during the discussions and analysis of this information is confirmed that the educational institutions, with few exceptions have faced many problems regarding the conduct of its faculty and staff on the conflicts that occur daily in the school, between teachers and students. The conflicting relationships are increasingly common in schools. Although teachers and students suggest different explanations for the occurrence of conflict, it is seen that both agree that the rescue of the fundamental principles and the establishment of clear, objective and can be known by all the way to overcome the difficulties pointed out.

Keywords: Conflict. Interpersonal relations. School climate.

Introdução

As instituições de ensino, com raras exceções, têm enfrentado muitos problemas

referentes à conduta dos seus professores e funcionários diante dos conflitos que ocorrem diariamente no ambiente escolar. As relações conflituosas estão cada vez mais frequentes nas

escolas. Estes trabalhadores, ao ingressarem no mercado de trabalho, geralmente não desenvolveram habilidades suficientemente para atender à realidade educacional contemporânea, principalmente no que diz respeito às adversidades existentes no seio dos espaços educativos, o que acaba gerando dificuldades no manejo dos conflitos com os alunos e, em muitos casos, o desgaste emocional do profissional, provocando doenças relacionadas ao estresse originadas no trabalho.

Segundo Aquino (1996, p. 96), há muito, os conflitos deixaram de ser um evento esporádico e particular no cotidiano das escolas brasileiras para se tornarem, talvez, um dos maiores obstáculos pedagógicos da atualidade. A todo instante nos deparamos com situações conflituosas, muitas vezes, originadas fora da escola. Também é indiscutível a importância de um ambiente escolar que favoreça a convivência harmoniosa entre seus sujeitos para a promoção da aprendizagem e a formação integral do aluno.

Os estudos, geralmente, dão maior ênfase aos fenômenos da indisciplina e da violência física ocorridos no interior das escolas. Isso ocorre, provavelmente, em razão dos riscos eminentes que representam e pelo fato de os conflitos de relações serem vistos como situações que podem ser facilmente resolvidas. Talvez esse seja o erro, pois, identificar os caminhos para a resolução dos conflitos de relações dentro dos espaços escolares, buscando entender o ponto de vista dos alunos e professores, permite a sua resolução com maior eficácia e eficiência, evitando que se transformem em atos de indisciplina e agressões. Investigar como alunos e professores percebem o convívio, tanto no que diz respeito aos conflitos mal resolvidos, como em relação a sua percepção sobre o funcionamento da escola, em termos de organização do trabalho pedagógico, aplicação e cumprimento das regras, da qualidade das relações interpessoais, e, ainda, de suas crenças acerca das causas e estratégias para a resolução dos conflitos permitirá a compreensão do fenômeno e sua resolução.

Entretanto, o que se percebe é que a qualidade deste convívio vem sendo questionada cada vez mais, provavelmente em razão da falta de resolução dos conflitos instaurados no interior das escolas. Apesar de a escola ter como parte da sua missão a preparação do indivíduo para a resolução dos conflitos interpessoais, ensinando os alunos a enfrentarem as exigências impostas pelo meio, isso parece que não está

evidente entre os profissionais da educação. Segundo Freire (1975):

É na escola que se aprende a conviver e, um dos lugares onde se aprende a interpretar o mundo. É o espaço onde as regras e as leis regulam a convivência, o diálogo, a interação, onde se constrói as relações pessoais. (FREIRE, 1975, p. 77).

Os professores devem estar preparados para compreender a realidade que vive a escola em que trabalham, local onde ocorrem manifestações, como no resto da sociedade, de fatos de violência, desajustes e conflitos, exigindo que assumam a meta de superar esses desafios. Não se pode ignorar a existência de uma nova escola, de um novo aluno e, por conseguinte, de novos desafios.

Para Freire (1999, p. 70), as ideias do professor não devem ser ‘depositadas’ nos alunos, pois cabe ao primeiro, ter uma prática que favoreça a reflexão crítica da realidade num diálogo vertical ‘educador-educando’, contribuindo assim para uma educação libertadora que abra caminhos para a transformação da sociedade. O papel do professor é exatamente aquele que busca fazer com que seus alunos, considerados educandos, percebam que também são sujeitos dessa história.

Aquino (1996, p. 96) sistematiza as principais concepções da relação entre professor e aluno com base na produção teórica sobre o assunto. No que se refere à relação professor-aluno, destacamos os seguintes conceitos: dentre as tendências liberais, a conservadora referenda basicamente a autoridade do professor. A disciplina surge de uma tomada de consciência dos limites da vida grupal; “[...] assim, aluno disciplinado é aquele que é solidário, participante, respeitador das regras do grupo” (LIBÂNEO, 1985, p. 26).

Martins (1989, p. 176) direciona sua leitura da relação professor-aluno a partir de uma dicotomia comumente encontrada entre os professores: ‘a da teoria versus prática’. Para a autora, do ponto de vista didático, a relação professor-aluno pode assumir significados específicos de acordo com cada teoria da educação (Escola Tradicional, Escola Nova, Escola Tecnológica, Proposta de Paulo Freire). Na prática, diante da extensão programática e do tempo reduzido para cumpri-la, o professor só percebe uma alternativa: falar enquanto os alunos o escutam. A força desse conteúdo oculto

acentua a contradição existente entre a fala e a prática desses professores, reforçando a relação autoritária que é levada a estabelecer com os alunos pela própria forma de organização do trabalho pedagógico.

Segundo Piaget (1977, p. 14), o educador deve recorrer muito mais à reciprocidade do que à autoridade, “[...] que favorece mais do que qualquer imposição ou qualquer disciplina exterior, o desenvolvimento da personalidade moral”. Obviamente, numa escola em que as interações sociais entre os pares são favorecidas, onde os alunos tomam decisões, realizam atividades diversificadas e em grupos, assumem responsabilidades, fazem escolhas, haverá bem mais situações de conflitos do que na escola tradicional, onde os alunos, em geral, interagem pouco uns com os outros, ficando a maior parte do tempo em silêncio, imóveis, copiando textos, resolvendo exercícios, ouvindo as explicações do professor. Piaget ainda se refere ao conflito, tanto o que ocorre no interior do sujeito ou entre os indivíduos, como necessários ao desenvolvimento. Este autor, enfatizou o importante papel dos conflitos interpessoais como facilitadores do conflito interno, pelos quais um indivíduo começa a levar em conta outros pontos de vista. Segundo essa concepção, no processo de resolução dos conflitos se faz necessário considerar os sentimentos, perspectivas e ideias do outro sujeito, portanto, essa resolução é cooperativa.

Segundo La Taille (1996, p. 66), “[...] o aluno bem-comportado pode sê-lo por medo do castigo, por conformismo”. A ênfase de uma educação que segue uma orientação construtivista, não está na resolução do conflito em si, no produto, mas sim, no processo. O exercício da autoridade requer brevidade, firmeza. Os conflitos que ocorrem na escola demonstram que no espaço da educação há lugar para a expressão das diferenças e lugar para a aprendizagem da convivência.

Há um compromisso social do professor que transcende o espaço escolar. O que se demonstra perante os alunos e colegas de trabalho tem uma repercussão que vai além dos muros da escola. Nesse sentido, não há pretensão de responsabilizar os professores por todos os males do ensino e da consequente aprendizagem deficiente dos estudantes. Apesar das possíveis deficiências na formação inicial do professor, isso não é o único fator que interfere na boa condução do clima escolar. Não é pelo aumento de um domínio externo que o trabalho

do professor e a educação serão valorizados, pois o trabalho desse profissional não se restringe à execução de atividades elaboradas em outras instâncias, fora da escola.

A escola, como espaço de aprendizagem, não pode se restringir ao simples cumprimento do ano letivo e dos rituais burocráticos estabelecidos na Proposta Pedagógica Curricular e no Regimento Escolar. Há tarefas que são prerrogativas das mantenedoras, portanto, o professor, isoladamente, não conseguirá articular mudanças abrangentes, mesmo que tenha uma formação sólida para lidar com as relações interpessoais. O caráter político implica que o professor trabalhe no coletivo, quer seja com seus pares, equipe pedagógica, direção e funcionários, no encaminhamento do projeto pedagógico da escola; quer seja com seus alunos, no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dentro da sala de aula e no âmbito escolar. Por sua vez, o aluno precisa fazer relações, não pode ter uma visão compartimentada do conhecimento. O aluno precisa ser conduzido a compreender as relações existentes e compartilhar com os demais envolvidos os sucessos e insucessos.

A UNESCO (2002) fez uma pesquisa sobre o perfil do professor brasileiro. Em uma das questões sobre a percepção que tinha do próprio trabalho, 54,8% afirmaram ser um problema manter a disciplina em sala de aula; 51,9% mencionaram as características sociais dos alunos; 44,8%, a relação com os pais. Isso indica que a relação entre o professor e o aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir sobre a criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. O clima estabelecido pelo professor transpassa as paredes das salas de aula e interfere nas atitudes dos alunos nos corredores, pátio e demais áreas comuns dentro da escola, transpondo inclusive os muros escolares.

Saviani (1991, p. 18), referindo-se à relação professor e aluno, na escola tradicional, mostramos que o professor: “[...] transmite, segundo uma graduação lógica o acervo cultural aos alunos”. Dessa forma, pensar, questionar era coisa do diretor e do professor. Na abordagem comportamentalista, segundo Mizukami (1986, p. 14-15), o professor é um planejador do ensino e da aprendizagem, aquele que trabalha no sentido de dar maior produtividade, eficiência e

eficácia ao processo, maximizando o desempenho do aluno.

Passando para a abordagem humanista, Mizukami (1986, p. 15), diz que as qualidades do professor (facilitador) podem ser sintetizadas em “[...] autenticidade, compreensão empática – compreensão da conduta do outro a partir do referencial desse outro – e o apreço (aceitação e confiança em relação ao aluno).” A responsabilidade da aprendizagem fica também ligada ao aluno, àquilo que é mais significativo para ele, e deve ser facilitada pelo professor. Piaget aparece como o principal nome na abordagem cognitivista, que desloca o foco da passividade do aluno em relação à informação. O diálogo marca a participação dos alunos juntamente com os professores. Os estudantes são parte do processo de aprendizagem que procura enfatizar a cooperação e o trabalho coletivo na resolução dos problemas sociais.

A importância da relação professor e aluno para o sucesso do aprendiz em sua vida acadêmica é fundamental, de forma que a predileção do estudante por algumas disciplinas, muitas vezes, passa até mesmo pelo gostar ou não de um determinado professor. A interação entre ambos é ainda importante para a adaptação do aluno ao processo escolar.

O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos, é expresso pela forma de relação que ele tem com a sociedade e com a cultura local. Segundo Abreu e Masetto (1990):

É o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos. O modo de agir do professor em sala de aula fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade. (ABREU; MASETTO, 1990, p. 115).

A relação entre professor e aluno deve acontecer num clima favorável ao aprendizado do aluno.

Um novo olhar do Professor

Na sociedade pós-moderna, nesta nova visão social, as transformações estão acontecendo de forma ultrarrápida em todos os setores. A escola, na maioria das vezes, não oferece condições para o professor reproduzir

seu conhecimento e, dessa forma, ou o professor está na escola ‘dando’ aula ou não está presente na instituição. Como consequência, pelo fato de o professor não ter tempo para elaborar seu material, surgindo uma verdadeira cultura de livros didáticos e manuais com perguntas e respostas prontas que dispensam os professores do ato de refletir e produzir o saber. Por outro lado, também há aqueles profissionais que não usam corretamente o tempo destinado ao preparo das suas aulas. Não otimizam esse tempo e acabam por realizar tarefas descontextualizadas, sem um propósito firme de onde querem chegar.

O professor também pode equilibrar os currículos e os procedimentos metodológicos com os estilos de aprendizagem dos alunos, encontrando um elo entre os processos cognitivo e emocional, bem como observar os modos de vida dos estudantes, buscando, principalmente nos conceitos de flexibilidade e diversidade, um canal direto com o mundo. Ele precisa conhecer seu aluno, o que o levará a uma ênfase maior na produção do conhecimento e não apenas na transmissão. Da mesma forma, segundo Borges (1995, p. 4), o eixo será deslocado da atividade oral para as atividades de interação do aluno com o meio. Não é o discurso do professor que garante autenticidade ao conhecimento. O professor auxiliará o aluno na coleta da informação, na análise e na elaboração do conhecimento e, assim, a ênfase não estará mais no ‘certo ou errado’, mas, em ‘estar aberto’ para aprender. A intensificação dos conflitos, próprios dessa relação, acaba por gerar situações cada vez mais difíceis de serem resolvidas. Tal fato se confirma pela realização, já em 2001, na sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO, em Paris, da primeira conferência mundial sobre a Violência nas Escolas e Políticas Públicas.

É importante que a linguagem do educador auxilie na descrição dos sentimentos dos alunos, sem jamais se referir à personalidade ou às características pessoais dos envolvidos. O conflito está presente em todas as relações interpessoais e é fundamental no processo de desenvolvimento, no processo histórico. De fato, a ênfase de uma educação que segue uma orientação construtivista, não está na resolução do conflito em si, no produto final, mas sim, no processo. Ao agir desse modo, o professor demonstra reconhecer a importância de

desenvolver em seus alunos habilidades que os auxiliem na resolução de conflitos interpessoais.

Como técnica de resolução de conflitos, a mediação escolar aparece como possível meio de promover a aprendizagem individual e coletiva no que diz respeito à comunicação, à cooperação, à responsabilização, ao respeito e à compreensão das necessidades e interesses próprios do outro. Trata-se, também, de equacionar uma intervenção por meio da formação para o tratamento do conflito, sua prevenção e resolução positiva, por via da implementação de programas de mediação escolar.

O autor deste artigo sobre convivência escolar usou a metodologia denominada grupo focal para realizar uma pesquisa que buscou identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito da convivência escolar, tomando por foco de pesquisa um grupo de professores e alunos voluntários. Todos os participantes desta pesquisa foram informados a respeito do seu objetivo e de seus direitos. Foram convidados 10 professores que atuavam na rede pública de ensino, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Regular, selecionados com base em suas características heterogêneas, em relação ao assunto sobre as convivências escolares e a resolução de conflitos na escola. O grupo foi constituído por cinco professores e cinco professoras.

Formou-se outro grupo com dez alunos, sendo cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino, também da rede pública de ensino, regularmente matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio Regular, com características heterogêneas em relação ao assunto acima. Foram convidados alunos que se envolveram em conflitos na escola, seja em sala ou fora dela, no pátio, na quadra de esportes, na fila da cantina, nos corredores, nos banheiros, bem como outros que geralmente não se envolvem em situações conflituosas. A análise dos dados seguiu a linha descritiva para tratar do ponto de vista dos dois segmentos pesquisados: alunos e professores.

Mediante as questões observadas e analisadas as informações obtidas, percebe-se que as fronteiras do conflito no tempo e no espaço tornam maleáveis, frágeis e difíceis de serem definidas. É comum reconhecer a figura do aluno 'valentão, brigão, ameaçador ou intimidador'. Também é fácil encontrar aquele professor 'dono do saber' que não aceita

mudanças na sua postura. Ainda surgiu com frequência a transferência de culpa, muitas vezes, atribuída à família e à sociedade, como se professores e alunos não fizessem parte dessa sociedade.

Os conflitos do ponto de vista dos professores

Quanto à qualidade do convívio escolar, a pesquisa apontou que 33% dos professores entrevistados consideram que a relação entre alunos e professores é difícil, sem esperanças de que essa situação seja modificada. Já 10% dos entrevistados afirmaram que essa relação é apenas regular e que isso não interfere significativamente nos processos de ensino e aprendizagem. Curiosamente, 57% dos entrevistados concordaram plenamente que as respostas para a resolução de conflitos na escola se encontram no interior desse espaço educativo e que todos são corresponsáveis na busca pelos resultados positivos. Isso demonstra que o professor tem consciência da sua participação ativa no processo de resolução de conflitos, porém, muitas vezes, não se sente intrinsecamente ligado ao fato ou não sabe como agir diante das dificuldades apresentadas.

Em relação aos pais dos alunos, os professores entrevistados, em geral, valorizam conseguir sua confiança e ter uma boa relação com eles. Porém, disseram que os conflitos entre alunos e professores ocorrem devido à ausência de limites colocados pela família na educação dos filhos. 70% dos entrevistados afirmaram essa posição e 30% atribuem também responsabilidade à instituição pelos conflitos ocorridos na escola.

Os resultados obtidos na análise de conteúdos durante a entrevista realizada com os professores revelam que a dificuldade na relação professor-aluno é atribuída ao comportamento dos alunos e ao exercício da disciplina. Geralmente, não se observa o que existe anterior a esse comportamento. Mais da metade dos entrevistados considera que, em muitas ocasiões, o professor é forçado, pelo comportamento dos alunos, a exercer seu 'autoritarismo'. Mais uma vez a ocorrência de conflitos entre alunos e professores é atribuída à ausência de limites colocados pela família na educação dos filhos e desinteresse dos alunos por qualquer aula. Vale destacar que apenas uma parcela muito pequena dos entrevistados considera que também são responsáveis pela instauração dos conflitos ou

tratamento diferenciado a alguns alunos ou , agressão, mesmo que verbal.

A tendência apresentada pelos professores foi a de transferir a culpa aos alunos, eximindo-se da parcela de responsabilidade pela convivência, mesmo que parte deles manifeste dúvidas acerca da adequação das normas e sua aplicação, bem como a realização de atividades voltadas para a melhoria do convívio, tais como a promoção da tolerância e respeito às diferenças. Outro dado observado é que os entrevistados mais jovens, principalmente os professores, são os que mais rejeitam a extensão dos valores profissionais a sua vida pessoal. Não apontaram como sendo importante a sua conduta. Quase a totalidade dos professores participantes considera que a educação moral dos alunos é de responsabilidade de toda a equipe da escola e não só dos professores, incluindo também os pais.

Os conflitos do ponto de vista dos alunos

A entrevista com os alunos foi considerada mais difícil pela compreensão dos mesmos sobre a importância da boa convivência escolar. Alguns dos entrevistados, desde o início, foram categóricos em transferir a culpa aos professores pela forma como eles conduzem suas aulas. Com frequência, apontaram problemas num determinado professor. Percebe-se na fala de um dos entrevistados, que os alunos são bem mais 'apaixonados' pelos professores que procuram entendê-los, que permitem um diálogo mais aberto e franco, mas que deixam evidente o que querem dos alunos. Nem sempre se referem àqueles professores liberais, mas sim a um professor 'legal'. Em relação à percepção de aumento na incidência de conflitos, a pesquisa apontou que 40% dos entrevistados consideram que a relação entre alunos e alguns professores é difícil. 50% dos alunos atribuem a responsabilidade aos professores, por não estabelecerem regras claras e universais com os alunos. Essa foi a opinião mais prevalente entre os alunos mais velhos e que há mais tempo estão na mesma escola. Uma parcela bem menor de entrevistados, apenas 10%, aponta problemas envolvendo a família e a educação que deveriam receber em casa.

A proporção de entrevistados que relataram ter sofrido agressão, mesmo que verbal, por parte do professor, é significativa. O posicionamento das alunas é uma variável importante, pois elas não só se mostram mais

pacíficas, se envolvendo menos em conflitos e mantendo valores mais propícios ao bom convívio, como a percepção do sentido negativo da humilhação e do poder dos colegas para reforçar comportamentos inadequados. A dificuldade na relação entre os alunos se refere à briga por espaço, poder, status. Mais da metade dos entrevistados considera que sempre haverá o grupo dos que mandam e o grupo dos que obedecem. Na relação com o professor, mais da metade dos alunos mais velhos consideram que o professor, muitas vezes, é forçado a exercer sua autoridade devido o comportamento inadequado dos alunos.

Professores e alunos, diferentes olhares, mas em busca de um mesmo objetivo

Os dados levantados apontaram para a necessidade de os professores elaborarem, conjuntamente com os alunos, uma espécie de código de conduta, e exercerem mais explicitamente sua autoridade, no sentido de garantirem bons resultados na resolução dos conflitos. Resgatar as normas estabelecidas no Regimento Escolar seria fundamental nesse sentido. Os resultados da pesquisa apontaram um dado bastante interessante no que diz respeito ao respaldo dado pelos alunos ao exercício da autoridade do professor em sala de aula, para garantir boas condições de ensino. Os alunos estão ávidos por bons exemplos.

Um sistema educacional que não tenha uma prática sistemática para a resolução dos conflitos reprova sistematicamente, fazendo com que grande parte dos alunos abandone a escola antes de completar a Educação Básica ou mesmo levem um tempo maior para essa conclusão, comprovados pelos baixos índices nos exames padronizados e nas estatísticas dos dados escolares. Segundo uma das professoras participantes da pesquisa, “[...] há duas línguas diferentes sendo faladas na escola: a dos professores e a dos alunos”. Essa tensão existe porque os dois lados desconhecem o prazer do saber. Charlot (2003, p. 434) afirma que o trabalho do professor é o de despertar e promover essa atividade.

O conflito escolar pode ter origem tanto fora como dentro da escola, contribuindo significativamente para o fracasso escolar, para o baixo rendimento e para o baixo índice de aproveitamento dos alunos. Os aspectos como a Proposta Pedagógica Curricular, a metodologia, a cobrança descontextualizada, a organização do

espaço da sala de aula, o tempo previsto para a realização das atividades pedagógicas, o desconhecimento e descumprimento das normas internas, tanto pelos professores quanto pelos alunos, são fatores que contribuem para o avanço dos casos conflituosos. Segundo Aquino:

A resolução de conflitos na escola envolve, [...] a análise de múltiplos aspectos, tais como: as estruturas de poder na escola; as pressões e expectativas dos pais; as concepções dos professores em relação à construção dos conhecimentos, entre outros. (AQUINO, 1996, p. 7-9)

Alguns professores apontaram a falta das práticas repressoras da escola de outrora; outros, a falta de cumprimento das normas como reflexo da pobreza e da violência presentes na sociedade. De um modo geral, outros, ainda, atribuem o comportamento sem limites do aluno aos pais porque também não o tiveram. A preocupação com a imposição de limites na educação dos jovens é uma questão complexa na sociedade atual. É um fator frequentemente apontado pelos professores como causa da indisciplina entre os alunos e na relação com os professores e a escola.

Embora não seja um problema apenas da escola, os limites, no que se refere aos pais, também é citada. É conhecida pelos professores, a prática dos pais de delegar e cobrar da escola a imposição de limites, que em casa não conseguiram efetivar. Em muitos momentos o conflito é reflexo das atitudes demonstradas pelo professor ou pelas regras impostas pela escola que não são claras e compreendidas por todos.

Ouvindo o relato dos professores, observamos a sua dificuldade em manejar os conflitos e obter um ambiente favorável aos processos de ensino e aprendizagem. Falta, ainda, o estímulo à curiosidade, o espírito de investigação e de descoberta. O conflito acaba sendo uma espécie de termômetro da própria relação do professor com seu campo de trabalho, seu papel e suas funções.

Quanto ao desinteresse e apatia, apresentados pelos alunos em relação à escola, os professores apontam como causa a falta de modernização dos recursos didáticos, o número excessivo de alunos em sala e a necessidade de assuntos mais atraentes. No entanto, quando são disponibilizados esses recursos, as turmas são reduzidas e podem reorganizar seu planejamento didático, estes também não conseguem melhores resultados. Os aspectos considerados mais

relevantes para o comprometimento do convívio são as agressões entre alunos e professores e a depredação do patrimônio escolar. Não há respeito para com o próximo, muito menos para com o bem comum. Os conflitos entre alunos são vistos como menos importantes, inclusive no grupo dos próprios alunos pesquisados. Da mesma forma, o tratamento diferenciado a alguns alunos é visto como um agravante. Ocorrências ditas 'graves' como agressões físicas foram citadas como raras durante a conversa dos professores. Já, outros aspectos que também podem comprometer a qualidade do convívio escolar parecem um pouco mais frequentes tanto no grupo dos alunos como no grupo dos professores: tratamento pouco criterioso dos professores; inadequação das normas disciplinares; injustiças na resolução de conflitos e ausência de atividades para favorecer o convívio.

A visão negativa, tanto dos alunos quanto dos professores pesquisados, pode ser modificada atribuindo responsabilidades a todos os atores do processo educativo. Da mesma forma, pode ser mudada a relativa naturalização dos conflitos ocorridos entre os alunos, constatada na menor importância conferida a eles, no comprometimento do convívio por contingente expressivo dos professores e alunos pesquisados. A visão dos professores, menos negativa que a dos alunos, porém um tanto com 'desprezo', vale ser examinada, pois responsabiliza, de certa forma, somente os alunos, pelos conflitos ocorridos no interior das escolas.

Considerações Finais

É preciso ressaltar o posicionamento dos professores, diante da experiência de implementação de estratégias diferenciadas de organização escolar visando minimizar os conflitos, sem perder de vista a complexidade do processo educativo. As estratégias de organização do processo escolar devem estar inseridas no plano de ação da escola envolvendo a reorganização curricular e inovações pedagógicas, revendo os mecanismos de avaliação do desempenho dos estudantes, aprimorando os programas de formação continuada dos professores e demais profissionais que atuam na escola.

Ao contrário dos projetos 'impostos' pelas instituições mantenedoras do ensino, as iniciativas surgidas no interior das escolas, se

estimuladas, podem criar uma mobilização vigorosa no cotidiano escolar. Os conflitos entre alunos são de certa forma naturalizados pelos professores, que consideram mais graves as agressões por parte dos alunos aos professores e funcionários. A questão não é comparar situações de maior ou menor complexidade, mas sim tratar todas, no seu devido tempo e com o rigor necessário. Também é importante ressaltar alguns aspectos presentes na escola, como a atenção dada pelos colegas na manutenção de comportamentos inadequados e a intolerância de alunos e professores em relação às especificidades existentes no meio social.

A boa convivência na escola é fundamental para o exercício da cidadania. O professor deve ter sensibilidade para identificar problemas que não são tão explícitos quanto uma briga no pátio da escola e desenvolver ações efetivas que diminuam os conflitos entre os alunos e entre eles e os professores.

Para a efetivação dessas ações, é importante:

- O compromisso dos gestores escolares para melhorar a convivência no interior das escolas, gerindo com eficiência as situações conflituosas existentes;
- a colaboração dos poderes públicos, efetivando projetos integrais e permanentes de prevenção a violência;
- a descentralização das decisões sobre o convívio na escola, principalmente no estabelecimento das regras de conduta, integrando toda a comunidade escolar nas decisões tomadas;
- a sensibilização de professores, pedagogos e funcionários para a importância de tratamento igualitário e respeitoso aos alunos e cobrando reciprocidade para com eles também;
- a sensibilização dos professores, pedagogos e diretores para a resolução de conflitos, para que valorizem não a sua ausência, porque não é sinônimo de paz, mas sim a forma pela qual são resolvidos;
- maior envolvimento dos alunos no dia a dia da escola, para facilitar a convivência e construir comunidades escolares mais democráticas e participativas;
- a organização de Regimentos Escolares coerentes, de construção coletiva e passíveis de aplicabilidade;
- o desenvolvimento de ações rápidas para casos conflituosos;

- ampla oferta de formação profissional, tanto inicial como em serviço, dirigida a professores, pedagogos e demais profissionais que atuam na escola;
- a formulação de campanhas educativas institucionais nos meios de comunicação, que visem dignificar a função de professor e orientar os pais;
- a criação de redes de proteção e assistência jurídica aos professores e demais profissionais da educação para orientar e dar respaldo às suas ações executadas no espaço escolar;
- maior atenção a indicadores de problemas de convivência como agressões, depredações e *Bullying*¹, vistos como menos importantes, mas que apontam para a baixa qualidade de convívio.

Essas ações podem contribuir para a melhoria da convivência escolar. Apesar de não haver fórmulas mágicas, muitos apontamentos oferecem meios concretos para a solução dos problemas advindos das relações interpessoais na escola.

A melhoria da convivência escolar implica que todos os segmentos envolvidos assumam suas responsabilidades e trabalhem visando a um mesmo objetivo. É preciso partir do princípio de que o homem é um ser social que vive numa sociedade em constantes mudanças e que a cada geração novos conceitos passam a fazer parte da vida das pessoas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maria C.; Masetto, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: Editores Associados, 1990.

AQUINO, Julio Groppa. **Confrontos em sala de aula**. Uma leitura institucional da relação professor-aluno. São Paulo: Summus, 1996.

BORGES, Pedro F. **O professor da década de 90**. In: SIMPÓSIO DE QUALIDADE TOTAL,

¹ *Bullying* - é um termo da língua inglesa (*bully* = 'valentão') que se refere a todas as formas de atitudes agressivas, verbais ou físicas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente e são exercidas por um ou mais indivíduos, causando dor e angústia, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa sem ter a possibilidade ou capacidade de se defender, sendo realizadas dentro de uma relação desigual de forças ou poder.

1995, São Paulo: Universidade Mackenzie, 1995, p 129-145.

CHARLOT, Bernard (Org.). **Os jovens e o saber**. São Paulo: Artmed, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LA TAILLE, Yves de. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, J. (Org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 1985.

MARTINS, P. L. O. **Didática teórica/didática prática**: para além do confronto. São Paulo: Loyola, 1989.

MIZUKAMI, Maria. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

Recebido em: 22/08/2012

Aceito em: 13/09/2012